



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

16402 - Resumo Expandido - Trabalho em Andamento - 16ª Reunião Científica Regional da ANPEd - Sudeste (2024)
 ISSN: 2595-7945
 GT 05 - Estado e Política Educacional

A POLÍTICA DE TEMPO INTEGRAL PARA O (NOVO) ENSINO MÉDIO NA REDE ESTADUAL DE ENSINO DO ESPÍRITO SANTO: UMA ANÁLISE SOCIOLÓGICA
 Thalita Matias Gonçalves - UFES - Universidade Federal do Espírito Santo
 Eliza Bartolozzi Ferreira - UFES - Universidade Federal do Espírito Santo
 Agência e/ou Instituição Financiadora: FAPES

A POLÍTICA DE TEMPO INTEGRAL PARA O (NOVO) ENSINO MÉDIO NA REDE ESTADUAL DE ENSINO DO ESPÍRITO SANTO: UMA ANÁLISE SOCIOLÓGICA

O objeto desta pesquisa é a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI) na Rede Estadual de Ensino Médio do Espírito Santo (ES) no contexto da Lei nº 13.415/2017. As perguntas que conduzem este estudo são: Quais os critérios adotados pelo estado do Espírito Santo no planejamento da política de extensão do tempo escolar? Que novas sociabilidades pretendem erigir a atual política de tempo integral? A política de tempo integral é um dispositivo que contribui para amortecer as desigualdades educacionais? A nossa hipótese é que a reforma do Ensino Médio e suas políticas correlacionadas objetivam materializar um movimento inverso do ocorrido na década de 1990, onde houve um aumento significativo de matrículas nesta etapa da educação básica. Desse modo, argumentamos que ocorreu um processo de desmassificação do ensino médio no ES ao restringir o direito à educação a uma parcela dos jovens, sobretudo, das classes populares. Se por um lado, as escolas ampliam o seu tempo para os estudantes, por outro, ocorre o fechamento de turmas (geralmente noturnas) e de escolas, de modo a revelar que a intencionalidade da política educacional é ofertar o ensino somente para aqueles com chances de obter um bom desempenho medido pelas avaliações de larga escala. Portanto, o objetivo geral da tese é analisar a política de fomento às escolas de ensino médio em tempo integral no Espírito Santo no contexto da atual reforma. Os objetivos específicos são: a) apresentar e analisar a produção bibliográfica sobre os estudos do tempo integral no ensino médio nas dissertações e teses, de modo a observar os referenciais sociológicos (e suas contribuições)

adotados pelos autores que explicam a política de tempo integral; b) analisar e sistematizar os documentos e as legislações, em nível nacional e estadual, que embasam a política de educação em tempo integral; c) diagnosticar a população jovem no Espírito Santo, seu grau de escolaridade e as condições de acesso e permanência na escola; d) mapear a oferta, número de matrículas e organização das escolas da rede estadual de ensino médio do ES após a implantação da Lei nº 13.415/2017. A construção do objeto da pesquisa é desenvolvida a partir da perspectiva sociológica assentada na teoria da diferenciação social e, para tanto, a proposta é dialogar com os sociólogos Dubet (2004); Durkheim (2011); Bourdieu (1998); Duru-Bellat (2005); Dardot e Laval (2016); Laval (2004); Valle (2014), entre outros, de modo a compreender a política de tempo integral nas escolas do ensino médio que passam por uma reforma de caráter neoliberal. Para tanto, incorporamos a perspectiva epistemológica-metodológica representada pelo trabalho de Roger Dale acerca da Agenda Globalmente Estruturada para a Educação (AGEE) e também a abordagem de análise da sociologia da Ação Pública, pois contribuem para pensar a articulação dos fenômenos globais em uma realidade local como o Brasil. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, que combina pesquisa documental e entrevistas semiestruturadas. Ao analisar aspectos da reforma do ensino médio, argumentamos que o projeto de sociedade assentado no novo ensino médio carrega princípios da teoria da diferenciação social, porém, com discursos alinhados ao pensamento contemporâneo. A reforma sustenta um projeto político pedagógico focado na formação do indivíduo-empresa ou empreendedor-de-si-mesmo (Dardot; Laval, 2016). O “esforço” e o “mérito” são noções comuns aos defensores da tese da diferenciação social. De acordo com essa abordagem é um grande desafio edificar uma sociedade em que cada indivíduo terá o lugar que merece e será recompensado como merece pelos seus esforços. Ao comprometer o direito à educação aos jovens das classes populares que precisam conciliar trabalho e educação, nota-se que a política de tempo integral promove o resgate do princípio da escola como instituição que promove a seleção social, postulado implícito na matriz da diferenciação social. Nesse sentido, a política de tempo integral, no bojo da reforma do ensino médio, tende a não contribuir para reduzir as desigualdades educacionais, mas pode reforçá-las e potencializá-las ainda mais, ao mobilizar dispositivos comuns no pensamento contemporâneo, tais como mérito, esforço, empreendedorismo, competição, talentos, etc.

Palavras-chave: novo ensino médio; política de tempo integral; diferenciação social.

REFERÊNCIAS

BORDIEU, Pierre. **ESCRITOS DE EDUCAÇÃO**. Petrópolis: Vozes, 1998.

DARDOT, Pierre. LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DUBET, François. **O QUE É UMA ESCOLA JUSTA?** Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 34, n. 123, p. 539-555, set./dez. 2004.

DURKHEIM, Émile. **EDUCAÇÃO E SOCIOLOGIA**. Tradução de Stephania Matousek. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

DURU-BELLAT, Marie. Amplitude e aspectos peculiares das desigualdades sociais na escola francesa. **EDUCAÇÃO E PESQUISA**, São Paulo, v. 31, n. 1, p. 13-30, jan./abr.2005.

LAVAL, Christian. **A ESCOLA NÃO É UMA EMPRESA: o neoliberalismo em ataque ao ensino público**. Londrina: Planta, 2004.

VALLE, Ione Ribeiro. O lugar da educação nos projetos de modernidade: escola e diferenciação social. In: VALLE, Ione Ribeiro; HAMDAN, Juliana; DAROS, Maria das Dores (org.). **MODERNO, MODERNIDADE, MODERNIZAÇÃO: a educação nos projetos de Brasil - séculos XIX e XX**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2014. v. 2, p. 17-35.